

03 OUT 1998

Os desafios de Fernando Henrique

Eleição - Presidencial

MARY ANASTASIA O'GRADY

The Wall Street Journal

No domingo, os brasileiros irão às urnas para escolher um novo presidente. Pela primeira vez na moderna democracia do Brasil, um presidente em exercício estará concorrendo à reeleição. Isso tornou-se possível por força de uma emenda constitucional que autoriza um presidente a concorrer a um segundo mandato.

Depois de um período de campanha eleitoral nervosa, o dia da eleição parece meio sem graça. O presidente Fernando Henrique Cardoso – que, entre as manobras para conseguir a emenda da reeleição e a candidatura para o segundo mandato esteve, na realidade, em campanha por cerca de três anos – está pelo menos 15 pontos à frente de seu rival mais próximo nas pesquisas de opinião pública. A previsão é de que ele vencerá com mais de 50% na votação popular, sem precisar enfrentar um segundo turno.

Apesar disso, como em qualquer boa novela brasileira, ainda há suspense. Nesse caso, graças à fragilidade do Real, o drama será representado nos dias e semanas imediatamente posteriores ao resultado do pleito. O presidente poderá vencer no domingo, mas seu governo ainda estará muito longe da vitória.

Moedas com fracas bases de sustentação estão sendo submetidas a ataques em todo o mundo. No Brasil, um endividamento insustentável do setor público de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) está transformando numa vítima potencial o popular Plano Real de 1994 – que acabou com a hiperinflação, atrelando o real ao dólar norte-americano com uma lenta desvalorização.

Se o real for desvalorizado, será o caos econômico; para os brasileiros, catastrófico

O presidente Fernando Henrique comprometeu-se a defender o real. Se, depois das eleições, ele decidir que é necessário desvalorizá-lo, o Brasil poderá cair gradualmente no caos econômico – e tudo o que o presidente conseguiu nos últimos quatro anos acabaria juntamente com ele. Para um homem conhecido tanto por sua integridade e preocupação pelos pobres quanto por sua condição de estadista, isso seria uma derrota devastadora. Para os brasileiros, seria catastrófico.

A posição fiscal do Brasil vem declinando constantemente desde outubro do ano passado, mas a pressão agravou-se em agosto, quando os investidores souberam que a dívida do governo russo não teria o apoio de uma confiança plena e do crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Combinado com um quadro fiscal brasileiro em deterioração, esse fato causou uma corri-

da para fugir do real. Desde fins de agosto, a fuga das reservas internacionais foi impiedosa; a posição das reservas é agora de cerca de US\$ 45 bilhões, um declínio de US\$ 70 bilhões em comparação com apenas dois meses atrás. Essa fuga diminuiu um pouco, mas a crise está longe do fim.

O mercado ficou recentemente animado com os rumores a respeito de uma assistência financeira do FMI; fala-se de um pacote de US\$ 30 bilhões.

Mas isso é apenas uma calma-ria no meio da tempestade: o FMI não pode fazer mais para salvar o real do que fez para salvar o peso, o rublo, o baht, o ringgit, a rupia ou o won.

Obstáculo – Embora um pacote de empréstimo do FMI possa amenizar o pânico imediato, o restabelecimento da confiança na reforma fiscal brasileira é agora o obstáculo que o governo de Fernando Henrique precisa superar por sua conta. O mercado ficará à espera de um pacote de ajuste fiscal mensurável e transparente, construído pelos brasileiros; sério, draconiano em seu raio de ação e plenamente preparado. Se o Brasil não conseguir convencer os investidores de que tem vontade política para consertar suas falhas, o mercado provavelmente usará o financiamento do FMI apenas como um meio para sair do real de uma maneira mais ordeira, poupando uma parte de seu dinheiro em Wall Street, mas deixando a população brasileira,

em grande parte pobre, numa situação de pobreza ainda maior.

O Brasil sofre de uma séria falta de credibilidade. Suas dificuldades orçamentárias diante do real remontam a 1995 pelo menos, quando o fim da hiperinflação revelou o caos de gastos do País. Mas, numa entrevista em 1996, o atual presidente do Banco Central, Gustavo Franco – então diretor da área internacional do banco –, afirmou insistentemente que a tendência de gastos estava na direção correta e previu que até o fim de 1997 o déficit fiscal estaria perto dos 4%.

Essa meta nunca foi atingida e muitas promessas posteriores de cortar gastos foram acompanhadas por aumentos. Ainda está bem fresca na mente dos investidores a crise de outubro passado, quando o governo de Fernando Henrique comprometeu-se a fazer cortes de gastos governamentais de aproximadamente US\$ 9 bilhões. Apesar de a receita ter experimentado um aumento de 1% do PIB depois disso, a porção isenta de juros do déficit fiscal subiu para 1,1% do PIB. Com razão, os críticos dos pacotes de resgate do FMI estão perguntando se deveriam acreditar que dessa vez será diferente. Eles temem que o Congresso brasileiro e os Estados sigam a mesma antiga linha de pensamento: receber o dinheiro e adiar a reforma.

Por isso, uma das perguntas urgentes, agora, é a seguinte: será que a reforma caminhará mais rapidamente se o Brasil

não obtivesse o financiamento do FMI, especialmente tendo em vista a tradicional antipatia do público em relação ao fundo? Tão importante quanto esta é a pergunta seguinte: será que o financiamento do FMI ao Brasil poderia estar vinculado a condições destruidoras – principalmente uma exigência de flutuação do real ou medidas punitivas contra o crescimento como, por exemplo, um aumento de impostos? Não é absolutamente claro que o FMI tenha abandonado esse tipo de remédio amargo, apesar de seu impacto devastador na Ásia.

Cortes – Mesmo que o pacote do FMI seja convenientemente preparado – a ajuda à Argentina em 1995 contribuiu para defender o peso argentino –, resta o fato de que somente o governo de Fernando Henrique pode salvar o Plano Real por meio de cortes sérios e provavelmente impopulares no setor público. Além disso, mesmo que for adotado algum tipo de ajuste fiscal imediato, o Brasil ainda estará muito aquém do que realmente é necessário para tornar-se um participante ativo do jogo mundial. Como escreveu Paulo Rabello de Castro, chairman da SR Rating, uma filial da Duff & Phelps no Rio de Janeiro, “conter o déficit em 1999... pode não ser suficiente a longo prazo”.

Após observar que no passado o Brasil reduziu por diversas vezes o seu déficit apenas para eventualmente vê-lo ampliar-se

novamente, Rabello de Castro faz eco às preocupações de muitos observadores ao dizer que o Brasil precisa de um “novo regime fiscal, de uma conta da dívida do setor público, de um sistema financiado de seguro social e de um novo sistema fiscal que fomenta a produção e também a poupança”.

A mudança institucional que reduzirá a capacidade da classe política de fazer gastos discricionários é uma tarefa difícil, mas não tão difícil para o poderoso Fernando Henrique. Se ele for eleito por uma maioria, terá o mandato para ir ao Congresso e adotar uma significativa mudança institucional. Será sua última chance de salvar o Real e seu legado como um herói para os brasileiros desprivilegiados.

O Plano Real expôs a desonestidade do Estado. Durante anos, a hiperinflação ocultou uma compulsão incontida de gastar sem reparar nos custos e aumentou a desonestidade geral na economia política.

Seria uma pena se o FMI desse aos políticos brasileiros a capacidade de adiar a tarefa urgente de encarar a verdade e, dessa forma, destruisse os ganhos dos últimos quatro anos.

Após sua reeleição, Fernando Henrique Cardoso terá a séria obrigação moral de cumprir sua palavra. Certamente ele poderá ainda salvar seu país se – e essa é uma grande incógnita – for capaz de restabelecer a confiança em seu compromisso com a reforma por meio de uma ação decisiva.